

# Do campo acadêmico da comunicação ao arquipélago dos estudos de mídia?

## From the academic field of communication to the media studies archipelago?

Francisco Rüdiger<sup>1</sup>  
frudiger33@gmail.com

### RESUMO

O artigo dá conta dos principais estágios por meio dos quais se construiu o entendimento a respeito da forma e sentido dos estudos de comunicação. Os primeiros passos propõem esclarecimentos preliminares acerca do conceito de comunicação e apontam como se deu sua emergência. As seções centrais mostram como se transitou do paradigma clássico para sua contestação em termos pós-paradigmáticos. A conclusão sugere que, à luz dessa recapitulação, conviria, quem sabe, usar a metáfora do arquipélago, em vez da do campo, para resumir o entendimento epistemológico dessa área da atividade acadêmica.

**Palavras-chave:** estudos de mídia, epistemologia, história do pensamento comunicacional.

Quando se fala sobre comunicação, em geral se esquece que, para fazê-lo, não importa a forma e o objetivo, é preciso que, antes, a coisa, no sentido originário de causa, ponto de partida, exista; noutros termos, que ela esteja à nossa frente, seja posta à nossa disposição, se predisponha a algum tipo de intervenção. Pensá-la bem começa com a consciência de que, originariamente, a comunicação mesma, enquanto ente distinto dos demais, do qual só temos acesso via a devida palavra, não é senão um sinal, um gesto verbal, a irrupção indeterminada de uma palavra. A comunicação, lembraremos aos teóricos,

### ABSTRACT

This article reports the main stages through which the understanding of the form and meaning of communication studies was constructed. At first it proposes a preliminary analysis of the concept of communication and points out how its emergence occurred. Following this it shows how we move from the classical paradigm to its post-paradigmatic questioning. In conclusion it suggests that seeing the matter according this recapitulation, it would be better, perhaps, to use the metaphor of the archipelago, rather than the field one, to summarize and express our epistemological understanding of this area of academic activity.

**Keywords:** media studies, epistemology, history of the communicational thought.

precisa surgir, antes de tentarmos, sendo o caso, defini-la e, mais ainda, estudá-la, se é para, em tese, ela poder se tornar, mais tarde, objeto de ciência.

Diz-se, por exemplo, que “a comunicação, como atividade interativa, antecede em milhões de anos ao conhecimento científico da comunicação” (Raigada e Ascenso, 2006, p. 37). Que “os seres vivos (incluindo muitos animais além dos próprios seres humanos) aprenderam a comunicar-se muito tempo antes dos sujeitos pensantes decidirem converter a comunicação em objeto de conhecimento” (p. 37). Que a comunicação, compreendida como

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Av. Ipiranga, 6681, 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Av. Paulo Gama, 110, 90040-060, Porto Alegre, RS, Brasil.

processo social básico e forma constitutiva da natureza humana, tem sido estudada desde a antiga Grécia.

Discordamos desta perspectiva, visto que só depois de a comunicação ter se individualizado como objeto de conhecimento, seja como atividade interativa, seja como processo social, seja como competência humana, seja lá como for, é que enunciados desta espécie se tornam possíveis. A presença da comunicação não é algo óbvio e dado de uma vez por todas, desde uma origem imemorial que lhe definiria a substância ou substrato (seja como ação, como relação, como processo). A comunicação, primeiro, se revela; com o tempo, passa a ter emprego; mais tarde, se torna objeto de definição; não é rápido que se torna problema; enfim, começa a ser estudada – mas nada disso é linear ou necessário.

A coisa surge, nos é doada com a palavra que a designa, no momento em que, via esta doação, adquire uma identidade existencial, distinguindo-se, pela fala, ainda que não só, dos demais entes mundanos: ela precisa ser, antes de ganhar uma definição e, por isso, assim como não se pode abordá-la com ambição determinista, mesmo que parcial, ela igualmente não pode de direito, ainda que de fato o seja, ser projetada em períodos anteriores ou estranhos à sua presença como ente mundano.

Destarte, a comunicação será bem entendida em termos filosóficos mais amplos e, portanto, em seu cunho existencial como uma criação poética de caráter coletivo que enseja o aparecimento de várias ontologias, como uma categoria formadora de mundo possuidora de uma história que, metafisicamente, para empregar o termo da tradição, fixa o seu ser, ainda que não totalmente. A proposição significa que, primordialmente, refere-se o termo a certos modos de ser que hoje, é certo, acabaram se tornando presentes em várias searas do cotidiano e nas mais diversas especialidades. Apesar de no passado ter sido diferente, a palavra é empregada nas ciências e nos vários ramos da engenharia tanto quanto nos setores político e profissional, para além da presença nas atividades mais próximas dos meios de comunicação, do que hoje, mais e mais, se chama de mídia.

Quais são os modos de ser definidos por estes âmbitos, que ainda incluem um de alcance universal, sinalizado pela presença entre nós da cibernética? A resposta deve ser procurada, como se acaba de indicar, na maneira pela qual, interpelada, ela surge e, com o tempo, acaba sendo definida, fixada por alguma teoria. A comunicação constitui, cientificamente, categoria amorfa; isto é, em si mesma não delimita qualquer conhecimento, porque, em princípio, tudo comunica, não há o que, logicamente,

possa evitar alguma comunicação. A maneira como esta ocorre e, portanto, sua forma e conteúdo podem variar em termos de entendimento, mas isso é estabelecido pelas teorias que, em cada área, a definem e a desenvolvem em discurso.

Na condição analiticamente fundamental de categoria histórico-ontológica (Heidegger), a comunicação, uma vez instituída, abre, pelo seu caráter genérico e abstrato, uma dimensão da existência e, assim, a possibilidade de ser explorada ôntica e epistemicamente. A categoria pode se fazer presente em qualquer disciplina, na medida em que pode, por assim dizer, atravessá-las histórico-ontologicamente. A comunicação tem uma história desde o ponto de vista do seu ser, mas não há como fazer uma história da comunicação da mesma maneira que se pode fazer uma história da imprensa ou da televisão, por exemplo. O modo de ser é, no caso, sempre abstrato, só podendo ser apreendido através das suas reflexões, em especial as que se articulam teoricamente.

Qual é, em cada caso, sua definição é matéria que, embora não só, foi, de início, decidida pelos dicionários. Em seguida, teorias se encarregaram de tratar. E, por essa via, enfim, acabou chegando às várias ciências. A temática não tem, em nosso ver, outro modo de ser esclarecida e, assim, propiciar novos avanços desde o ponto de vista intelectual.

O texto que segue explora esta linha de argumentação, recapitulando os principais estágios reflexivos de proposição do conceito de comunicação entre acadêmicos. O objetivo é extrair do relato conclusões a respeito da forma como a área, de fato, se configurou conceitualmente, levando em conta marcos fundamentais de sua autocompreensão. A argumentação se estruturou a partir da ênfase academicamente posta ou não no termo mesmo, durante período que se estende até o final dos anos 1970.

A revisão não pretende, é claro, ser exaustiva, até pela impossibilidade de propor tal coisa no âmbito de um simples artigo, mas se julga apta a responder a contra-argumentações, no caso de delas surgirem entre os leitores interessados. Os ramos da reflexão e pesquisa incluídos são os que, em sua variedade, se julgou pertinentes à exposição, ordenada em torno das noções de mídia e comunicação.

Segue-se neste trabalho, ainda que de longe e heurísticamente, pois se põe entre parênteses sua conexão originária e, talvez, essencial com disciplinas portadoras de alto nível de codificação formal e experimentação, de esquema analítico cuja proposta se deve a Imre Lakatos.

Para ele, lembremos, podemos chamar de “programas de investigação científica” às regras e diretrizes que, mediante reconstrução racional, são passíveis de identificar no desenvolvimento do saber. Aparentada à noção khuniana de paradigma, distingue-se dela por sublinhar os aspectos heurísticos e conceituais tanto do que deve quanto do que, na ciência, *não* deve ser objeto de pesquisa (Lakatos, 1986, p. 134-179).

Quer dizer, em suma, que as faltas eventualmente presentes em nosso relato são matéria aberta à acusação, discussão e contraprova pela comunidade de interessados. As razões e os limites da argumentação não têm como se basear em si mesmos – são função do debate que a pesquisa suscita ou não ao ocorrer sua recepção.

## Pré-história

Para começar, observaremos que, como dito, a comunicação é um construto poético de cunho coletivo e fortuna aberta com o qual se vem denominando os mais diversos processos, desde que se verifica seu aparecimento (cf. Williams, 1992). Nicolau Oresme foi, talvez, o primeiro a adaptar o termo, de origem latina e cunho teológico (*communicatio idiomatum*, aprox. 100 d.C.), para uso profano e imediato, ao traduzir Aristóteles, em 1369 (cf. Balibar, 1998).

As etapas que seguiram o fato a mantiveram fora da reflexão teórica e se caracterizaram pelo seu entendimento como possibilidade das coisas, relativamente deslocado do que era mais próprio das relações entre as pessoas, conforme se pode constatar consultando os dicionários da época. Assim ainda podemos encontrá-la, por exemplo, no breve tratado de Leibniz intitulado “Novo sistema da natureza das substâncias e sua comunicação e da união que existe entre a alma e o corpo”, publicado originalmente em 1695 (in Leibniz, 1997).

Por volta de 1700, somou-se a este o sentido de conversa que as pessoas podem estabelecer, de início só em presença, mais tarde por cartas também, que perduraria até o final do século XIX (Burke, 1994; Pécora, 2001). A semântica disponível neste último período já era, no entanto, bem mais ampla. Depois de 1850, passara a abranger também todo tipo de transmissão e espalhamento, incluindo as ideias e informações que nos tornam conhecidos ou nos dão ciência de certos fatos. O principal, contudo, havia se tornado seu uso no plural; seu emprego como coletivo de caminhos e meios de transporte (estradas e ferrovias, por exemplo), aos quais, no final, se acrescentaram meios de transporte

de informações como a telegrafia e a telefonia (cf. Marvin, 1988; Flichy, 1991).

Neste contexto, ocorreu a primeira apropriação acadêmica e exposição sociológica da matéria. Nos Estados Unidos, Albion Small (†1903) e Charles Cooley (†1929) começaram a conferir relevância teórica ao termo comunicação. Seguindo as pegadas do alemão Schaffle, o primeiro empregou a palavra para dar conta da circulação das ideias pela estrutura social, salientando suas várias agências e canais. O segundo partiu daí para entendê-la como o mecanismo e os meios de interação simbólica entre seus integrantes, abrindo espaço para o estudo reflexivo e detalhado, ainda que abstrato, daquela última por parte de George Mead (1968), mas também a sua conversão em recurso terminológico para a proposição de uma nova utopia social e política em John Dewey (1927).

Apesar disso, verifica-se que a comunicação seguiu sendo uma categoria de pouca relevância intelectual no pensamento mais elaborado daquela época, só tendo começado a dispor desta condição após a II Guerra Mundial. Durante o período anterior, o espaço que ela viria a ocupar era preenchido sobretudo pela figura da propaganda (Rüdiger, 2015). Os primeiros a empregá-la teoricamente julgavam seu sentido óbvio, dispensando-se, por conseguinte, de definir seu conceito, não obstante a centralidade do termo em seu raciocínio sociológico. A expansão das redes de comunicação (telégrafo, telefonia, radiodifusão – embora não só), no entanto, semeava o terreno em que, empolgado pelos engenheiros, militares e formuladores de políticas estatais, ela, aos poucos, prosperava como figura de ordem cotidiana.

Em 1922, Walter Lippmann referiu-se a estes desenvolvimentos com o termo “maquinaria de comunicação”, abrindo a perspectiva para analisá-los em consonância com o contexto social da época. Paralelamente, John Saxon Mills (1924) e Arthur Wakely (1924) estavam pensando-os como recurso estratégico da geopolítica do Império Britânico (Hills, 2002). Por fim, David Sarnoff passou a falar a respeito como “comunicação de massa”, a fim de promover a oportunidade de negócio representada pelo rádio, no final dos anos 1920 (Simonson, 2010, p. 9-16).

Ainda assim, a consagração intelectual da categoria só ocorreria com a descoberta de que, recorrendo a este novo termo (“comunicação”), a propaganda ou o emprego estratégico dos meios de comunicação, conforme explorados a partir da I Guerra, poderiam continuar sua escalada com a ajuda da pesquisa acadêmica feita nos Estados Unidos.

## O paradigma clássico

Wilbur Schramm, criador da área de estudos no meio acadêmico após a Guerra, tinha noção das discussões que, às suas vésperas, em 1939, haviam reunido na Fundação Rockefeller figuras proeminentes das ciências sociais, da psicologia e da área de educação para pensar o emprego do rádio e do cinema no campo da instrução pública. Atropelados pela eclosão do conflito, ocorreu, porém, de eles terem abandonado a proposta inicial, passando a se ocupar do problema da propaganda, cujo conhecimento e utilização se revelara decisivo durante a I Guerra Mundial.

Nessa época, a comunicação humana chegara ao estágio da definição formal em meio às chamadas ciências humanas, como dá indício William Albig, retomando em termos teórico-sistemáticos as proposições utópico-pragmatistas feitas a seu respeito por John Dewey:

*Subjacente a todos os processos e formas sociais, há a transferência de significados entre as pessoas. A vida social só pode existir quando símbolos significativos são transferidos de indivíduo para indivíduo. Toda e qualquer atividade grupal se torna impossível sem meios de compartilhamento da experiência. Na terminologia das ciências sociais, o processo de transmissão de símbolos significativos entre indivíduos se chama comunicação (Albig, 1939, p. 26; cf. Hiller, 1933).*

O “Communication Group” da Fundação Rockefeller apoiou-se nessa base para estabelecer uma distinção sociológica e política entre propaganda totalitária e comunicação democrática. Acompanhando a seu modo a distinção entre informação e propaganda proposta na Europa após a I Guerra, seus integrantes concordaram que, na democracia, conviria evitar o segundo termo. Para eles, enquanto a comunicação das ideias seria um processo de duas mãos, a propaganda seria, ao contrário, linear e impositiva. A relação entre os regimes democrático e ditatorial com o público e sua opinião não é a mesma. Os primeiros se distinguiriam dos segundos, porque enquanto aqueles se impõem de cima para baixo, estes “não podem sobreviver sem uma comunicação de duas mãos” (in Gary, 1999, p. 105).

A oposição entre os conceitos, no entanto, não exclui sua dialética, porque a comunicação de massas pela imprensa e outros meios técnicos pode se converter em veículo de propaganda. Os canais da primeira estão aber-

tos à livre participação da sociedade civil independente. O consenso democrático que daí emerge, contudo, não está a salvo da manufatura por parte dos que exercem liderança sobre seus vários setores. O emprego dos meios de comunicação e os métodos de pesquisa de opinião de que dispomos os podem ajudar a influenciá-la decisivamente.

*A pressuposição de que a pesquisa em comunicação era uma nova e segura arma para obter objetivos democráticos através do controle da opinião pública subjaz ao relatório, porque se acreditava que, com elas [a pesquisa e a comunicação], se pode ajudar os líderes a entender a consciência pública e seus preconceitos, ajudar a transformar os preconceitos problemáticos, acalmar os temores públicos em meio a crises, mediar entre o público e seus líderes e, enfim, contribuir para aperfeiçoar os processos democráticos, porque elas ajudam os líderes a obter mais facilmente o consenso, e o consenso dos governados é a base da democracia (Gary, 1999, p. 103).*

Paul Lazarsfeld, integrante do grupo e personagem de liderança no movimento de fundação do novo campo de estudos, colaborou decisivamente para apontar-lhe as tarefas e limites, ao estabelecer uma distinção entre estudos críticos e administrativos de comunicação (de massas). No manifesto a respeito publicado em 1941, ele observa, sobre a última que:

*Por trás deste tipo de pesquisa está a ideia de que os modernos meios de comunicação são instrumentos manejados por pessoas e instituições com dados objetivos. O propósito pode ser vender alguns bens, elevar os padrões intelectuais da população ou assegurar um dado entendimento das políticas governamentais. Qualquer que seja ele, a tarefa da pesquisa consiste em tornar o meio mais conhecido, a fim de facilitar seu emprego para aquele que o usa com algum objetivo (Lazarsfeld, 1941, p. 2-3).*

Significa, no caso, que a pesquisa sobre os meios de comunicação, em geral, carece de referencial teórico, isso é algo que não lhe importa. Aciona-se, nela, atividade essencialmente estratégica, pouco importa o cunho: privado ou empresarial, público ou governamental (Lazarsfeld, 1941, p. 8). Julga-se irrelevante ou secundária a reflexão a respeito do contexto e a

justificativa do trabalho. O principal reside no fornecimento de informações sobre a estruturação de suas atividades. O objetivo consiste em saber a respeito das circunstâncias de seu agenciamento; em conhecer as reações do público e o melhor meio de empregá-los.

Por outro lado, Lazarsfeld nota que, em reação a tanto, estava surgindo outra abordagem, segundo a qual as comunicações constituíram um complexo, que impacta na vida social e transcende a forma como os interessados no primeiro tipo de pesquisa lidavam com a matéria. Para a mesma, o fato era que as comunicações “apresentam um momentum próprio que deixa às agências administrativas muito menos escolhas do que elas pensam ter nas mãos” (Lazarsfeld, 1941, p. 9).

Por isso, seguiam dizendo seus proponentes, a pesquisa precisa considerar o papel mais amplo que os meios desempenham no sistema social. As comunicações de massas se desenvolvem em meio à economia de mercado e estruturam um processo através do qual as atividades empresariais passam a permear toda a cultura.

*Sucumbimos em e apoiamos com tanto um sistema de promoção [mercantil] que se expande por todas as áreas da vida e, assim, nos coloca numa crescente dependência em relação a este sistema; ele nos disponibiliza um número sempre crescente de equipamentos, mas ao, mesmo tempo, nos priva dos valores com os quais poderiam ser usados propositalmente (Lazarsfeld, 1941, p. 10).*

A exemplo do que tentara fazer em seus primeiros escritos, o autor advoga em favor de uma convergência ou assimilação entre os dois pontos de vista, a favor da sua superação em uma síntese superior. Argumentando que a crítica não exclui a pesquisa empírica, defende ele que esta pode ser mais hospitaleira em relação à reflexão crítica ao tratar os fenômenos de mídia de seu interesse.

A aproximação dos enfoques crítico e administrativo não é fácil de obter, mas seria benéfico para ambos se um esforço de cooperação pudesse se desenvolver. O trabalho de pesquisa só nos conduz a resultados significativos amparando-se em um entendimento ecumênico de suas tarefas. A convergência da capacidade de formular problemas desafiadores e elaborar conceitos interpretativos da pesquisa crítica e os métodos de coleta e processamento de dados em que se baseia a pesquisa administrativa pode vir a constituir um enfoque influente na corrente mais ampla da pesquisa em comunicação (Lazarsfeld, 1941, p. 16).

Tendo colaborado nos projetos coordenados por Lazarsfeld, Theodor Adorno igualmente vivenciou de perto as circunstâncias em que a comunicação passou a denominar um campo de investigação acadêmico e empresarial (Rüdiger, 2016, p. 22-25). Prócer da Escola de Frankfurt e expoente da teoria crítica, ele, embora tenha entrado em conflito com o austríaco, convergiu com seu entendimento a respeito da pesquisa. Adorno questionou a pesquisa administrativa, mas não negou a possibilidade de se apropriar de seus métodos. “Contrapôs-se o conceito de administrative social research em seu sentido mais amplo ao de critical research. No entanto, estes conceitos não são absolutamente opostos”: os juízos da segunda só têm legitimidade na medida em que “confrontam ininterruptamente a concepção [por ela defendida] com a realidade social” (Adorno, 2001, p. 57).

A pesquisa administrativa tende a ser científica nos métodos e técnicas, mas não nos forneceria verdadeiro conhecimento, porque “os projetos sobre os meios de comunicação velam para que as pesquisas se limitem a constatar reações dentro do commercial system dominante e, assim, não analisem a estrutura e as implicações do próprio sistema” (Adorno, 2001, p. 22). A pesquisa crítica, todavia, não está isenta de questionamento, visto que não é fácil passar da reflexão teórica abrangente para o estudo e análise de problemas singulares. A influência muito grande que nela exerce a teoria não é menos problemática do que sua falta de investimento em metodologia.

Para Adorno, a distinção entre pesquisa crítica e empírica não significa que devamos nos conformar à mesma, nem que ela seja absoluta. A pesquisa empírica tende a se colocar a serviço das agências de poder. As transformações históricas que submetem a sociedade ao poder político e econômico se encontram em sua raiz. A associação de seus métodos à pesquisa administrativa não quer dizer, contudo, que esses não possam ter serventia para a reflexão sociológica de interesse emancipatório. O pesquisador mais consciente e responsável deve buscá-la, inclusive.

*A investigação social empírica é capaz de corrigir [a extrapolação reflexiva] não apenas porque impede cegas construções teóricas realizadas por alto, mas nos lembra do ponto de vista representado pela relação entre essência e fenômeno. À teoria social cabe relativizar criticamente o valor cognitivo do fenômeno. A pesquisa empírica, por sua vez, deve impedir a mitologização do conceito de lei essencial (Adorno, 2001, p. 34-35).*

Absolutizando suas descobertas, para pô-las a serviço das forças que desejam explorá-las, a pesquisa social empírica assume a condição de ideologia, mas assim como aquelas primeiras devem ser criticadas por uma reflexão interessada na liberdade e justiça, esta só tem como se agenciar bem na pesquisa se evitar a absolutização da teoria. A reflexão teórica e o trabalho de interpretação podem se converter em fetiche, sempre que, na pesquisa, se distanciam do contexto histórico e do material de estudo (Adorno, 2001).

“Assim como sem teoria não é possível comprovar nada, toda comprovação culmina na teoria”, desde que essa se entenda como meio de pesquisa. Isto é, conquanto se veja como passagem para a captura da essência ou sentido de um fenômeno. A teoria só tem função produtiva na pesquisa, se não proceder arbitrariamente, se não partir de ideias pré-estabelecidas ou extrínsecas aos fatos (Adorno, 2001, p. 51).

Lazarsfeld e Adorno foram pensadores em boa parte antitéticos que, no entanto, vislumbravam conexões e possibilidades de sínteses entre suas concepções, intervindo na pesquisa sobre o que, na conjuntura, começava ser chamado de comunicação, com consciência de que estava surgindo um novo campo de conhecimento para as ciências sociais (Rüdiger, 2016). A possibilidade de que ele viesse a se constituir em base para um novo setor acadêmico e, fundado nisso, passasse a reivindicar autonomia, mesmo que apenas administrativa, lhes era desconhecida e, provavelmente, soaria absurda desde o ponto de vista epistemológico (cf. Rüdiger, 2015)<sup>2</sup>.

## Wilbur Schramm e o pós-guerra

Wilbur Schramm, acadêmico de formação literária e humanista, pensava de modo diverso. Entendeu que a comunicação das ideias merecia ser estudada por uma unidade universitária autônoma. Durante a II Guerra Mundial, tornou-se ele especialista em propaganda, trabalhando para o governo americano. O fato e a noção explicam em boa parte porque, sob sua inspiração, a pesquisa em comunicação assumiu proporções desmedidas e, assim, um cunho pouco rigoroso do ponto de vista de seus fundamentos epistemológicos.

No período, vimos, estabelecera-se uma competição entre dois entendimentos da propaganda: um primeiro, fechado, impositivo e ditatorial, que seus autores não hesitaram em condenar; e um segundo, aberto, competitivo e democrático, mas não menos instrumentalizável, que os teóricos estabelecidos enquadraram no termo comunicação. Schramm apostou na tese de que ela poderia se tornar matéria de estudo especializado e formação de pessoal específico, abrindo espaço, ainda que inicialmente apenas de pós-graduação, para a constituição de uma nova área acadêmica.

Acabada a Guerra (1945), abriu-se uma era marcada pelas tensões políticas e ameaças de conflito mundial entre os Estados Unidos e a União Soviética. Prevenia-se sua eclosão em grande escala, mas por toda a parte estava em curso o que passara a ser chamado de guerra psicológica. Dela fazia parte, como arma maior, a propaganda, para a qual convinha não apenas preparar pessoal gabaritado mas dispor de estudos especializados. O resultado disso era uma pressão acadêmica que, às vezes, as disciplinas tradicionais não sabiam ou desejavam responder, abrindo oportunidade para o surgimento de novas áreas, tivessem ou não a devida fundamentação científica.

Paralelamente, às cadeias de jornais e cinemas controladas por fortes grupos econômicos, mais os chamados sindicatos que operavam na área de fornecimento de notícias e outros bens culturais, se somava, naqueles anos, a expansão da comunicação de massas representada pelo rádio e a televisão. Havia uma demanda muito forte por novos recursos humanos e pesquisa sobre as formas com que se podia desenvolver os meios técnicos que estavam surgindo e explorar mercados com enormes perspectivas de desenvolvimento. A crescente influência dos meios em todas as áreas sociais atraía o interesse de vários setores intelectuais.

Schramm não era um homem de ciência ou pensador profundo, mas um profissional da área de letras ao mesmo tempo pragmático e visionário, que o acaso escolheu para responder academicamente aos apelos desta época. Ciente de que havia demanda de pessoal e não faltaria oferta de financiamento, ele pode se dar ao luxo de desprezar as velhas especialidades. Ignorando as áreas de jornalismo e retórica, caracterizadas pela falta de tradição em pesquisa empírica e aplicada, ele atraiu para a que estava criando os talentos das ciên-

---

<sup>2</sup> Observe-se que, antes deles, Ferdinand Tönnies escrevera que não havia razão para separar os estudos de jornalismo das áreas de história e sociologia, argumentando que “As universidades não precisam de uma ciência dos patos e galinhas além daquela já prevista pela biologia” (in Merrin, 2014, p. 106).

cias sociais, sem entregar-lhes o comando acadêmico e responsabilidade administrativa.

Quando ele começou sua institucionalização acadêmica, havia cursos de jornalismo e publicidade em seu país, para não falar dos que conhecia muito bem, isto é, retórica e letras. Para ele, conviria, porém, explorar uma nova área. O Programa de Pós-Graduação que criou na Universidade de Illinois (1947) tinha por objetivo formar especialistas em comunicação. O curso estava aberto a jornalistas e publicitários, mas também era receptivo e procurava atrair a todos os que tinham interesse em estudar as variáveis que intervêm no que passara a ser chamado de comunicação de massas.

Querida ele estudar a comunicação das ideias através dos meios de massa e formar recursos humanos capazes de explorar sua novidade nos setores empresariais e do governo, mas desprovido da formação que talvez lhe permitisse disciplinar o assunto e cioso do que seu visionarismo estava criando, ele acabou não apenas aceitando mas estimulando a contribuição acadêmica e intelectual de quem pudesse lhe fornecer alguma, terminando por regrar a nova área do conhecimento com a teoria da informação dos ciberneticistas.

Norbert Wiener (†1964), responsável pelas primeiras formulações desse novo pensamento, era matemático e físico, mas também um visionário, como Schramm. Durante a Guerra, acabara, ele também, passando a colaborar no esforço do governo norte-americano. Juntando-se a grupo de importantes nomes da ciência e tecnologia de seu país, tocou-lhe desenvolver projetos em que era comum a intervenção da engenharia de telecomunicações.

À cibernética que propôs como ciência após o final do conflito ele confiaria a tarefa de pesquisar e aplicar as leis gerais da comunicação. Os fenômenos naturais se equiparam aos artificiais na medida em que podem ser vistos como padrões de informação física. Os seres vivos, o homem incluso, obedecem aos mesmos princípios que regem as máquinas, e vice-versa, de modo que, controlando aqueles padrões, se pode projetar seus efeitos para toda a cultura e natureza. À “troca de informações” assim caracterizada, isto é, universal, deu o autor o nome de comunicação, chamando a ciência encarregada de estudá-la de cibernética (Wiener, 1968 [1948]).

Schramm descobriu em um de seus capítulos, a teoria matemática da informação de Claude Shannon, conforme popularizada por Warren Weaver, um esquema conceitual capaz de dar à pesquisa em comunicação que estava instituindo administrativamente na Universidade um embasamento teórico próprio, estranho aos métodos e

técnicas, para não falar dos conceitos das ciências políticas e sociais e teorias psicológicas com que ia se desenvolvendo a pesquisa no novo campo. Atendendo a pedido seu, o segundo providenciou uma adaptação do esquema à comunicação humana, fazendo-o convergir com o entendimento democrático da propaganda que se escondia no conceito de comunicação (Weaver e Shannon, 1949).

Shannon concebera um modelo matemático para dar conta da transferência de informações físicas nos trabalhos de engenharia elétrica (tecnologia de comunicação). Weaver explorou as possibilidades de entender com ele a comunicação humana em todo o seu espectro. Ciberneticista de primeira hora, ele traduziu o modelo “em esquema classificatório das variáveis incluídas na primeira etapa da pesquisa em comunicação desenvolvida pelos cientistas sociais” (Rogers e Valente, 1993, p. 48).

Schramm teve a atenção chamada para o trabalho de Shannon por volta de 1947, lendo um comentário de Weaver, cuja publicação em forma ampliada providenciou que fosse, com aquele primeiro, apresentada em livro. Supondo serem elas uma contribuição fundamental para o campo de pesquisas que estava desenvolvendo, ele deu um passo além, ao tornar suas noções fundamento teórico do mesmo em seu artigo “How communication Works” (1954).

Lasswell (1985 [1948]) procedera um pouco antes à definição do termo de acordo com a teoria da ação que os americanos desenvolveram em cima da contribuição que haviam aportado seus criadores alemães. Schramm percebeu sua dependência à era da propaganda e predispôs em favor de seu abandono, ao endossar um esquema aparentemente mais afinado com o cunho mais tecnológico que parecia possuir a nova mídia. O resto veio com o estímulo a seu emprego na pesquisa, sua adaptação à teoria social e, enfim, sua completa identificação com o processo da comunicação em geral, consumada na obra de seu discípulo David Berlo (1970).

Destarte, porém, o autor logrou delimitar teoricamente um campo de estudos atravessado pelos métodos de estudo e interesses intelectuais de várias disciplinas. A comunicação humana, concebida como troca de informações, enseja problemas de pesquisa cujo enfrentamento solicita a contribuição de várias abordagens. A pesquisa consiste na experimentação de teorias e teste de hipóteses caso a caso, visando entender os fatores e variáveis que intervêm e, assim, nos capacitar a comunicar melhor em perspectiva mais ampla. O modelo teórico em foco permite esquematizar essas tarefas

Norbert Wiener conferiu à cibernética acentos de ordem filosófica e política, pensando nela como uma

possível forma de estabelecer a concórdia universal com base na comunicação, dado o horror que lhe causara a guerra. Schramm sinaliza a maneira como o mesmo termo, comunicação, serviu para, na universidade, camuflar a introdução do estudo das técnicas de propaganda e nela preparar especialistas de alto nível para trabalhá-la de acordo com os princípios e valores do modo de vida americano dentro e fora dos Estados Unidos.

Como nota Simpson (1994), Schramm e os primeiros especialistas no assunto, em geral, entenderam por pesquisa em comunicação, sobretudo, os estudos de propaganda e guerra psicológica. Os primeiros tempos do campo acadêmico que estavam criando revelam a maneira como a propaganda de uma geração passou a ser chamada de comunicação na era seguinte. O fato é que seus criadores não abandonaram os aspectos práticos e interesses políticos que intervinham na teoria durante a era da propaganda.

Desde os anos 1940, é certo, começou a surgir uma nova retórica, lastreada no termo comunicação, mas a substância seguiu, por mais duas décadas, ao menos, sendo a questão da propaganda.

*Schramm, claramente um dos articuladores individualmente mais influentes do paradigma dominante na pesquisa em comunicação nos anos 1950, estava tão fortemente ligado aos projetos de guerra psicológica do governo dos Estados Unidos que, em geral, é difícil determinar onde seu trabalho 'educacional' começa e onde seu trabalho na área de 'segurança nacional' termina. Sua visão maniqueísta do conflito entre Estados Unidos e União Soviética era parte integral de seu sucesso como prestador de serviços para o governo e da forma extremamente influente com que articulou o que Chaffe chamou de Zeitgeist da moderna pesquisa em comunicação de massas (Simpson, 1994, p. 113)<sup>3</sup>.*

De todo modo, convém notar, para concluir, que o autor, apesar das ambições, recusou dar à “communication research” a condição de disciplina científica original e autônoma. Para ele, conviria caracterizar-lhe antes como um campo acadêmico “de extraordinária vitalidade na pesquisa e teorização [interdisciplinar]” (Schramm, 1965, p. 1). O esquema conceitual que orientava a pesquisa, embora importado da engenharia de telecomunicações,

não deveria endossar as pretensões de se tornar ciência universal que havia na cibernética. A perspectiva a ser desenvolvida seria a do trabalho multidisciplinar e do intercâmbio acadêmico voltado para a aplicação de métodos e hipóteses na pesquisa de problemas pontuais envolvendo os meios de comunicação.

Sintetizando, afirmariamos que, por volta de 1950, nos Estados Unidos, começou a formar-se, em torno da expressão “communication research”, uma atividade acadêmica possuidora de uma matriz intelectual ou paradigma epistemológico cujos aspectos mais centrais se tornaram:

- (i) Fundamentação institucional apoiada nas demandas do negócio de radiodifusão e do complexo industrial-militar norte-americano;
- (ii) Consciência reflexiva de caráter multidisciplinar, com ênfase nos aportes metodológicos das ciências sociais empírico-analíticas;
- (iii) Referencial teórico baseado na adaptação do modelo de transmissão de informações oriundo do pensamento cibernético;
- (iv) Programa de pesquisa focado principalmente no problema dos efeitos a curto e médio prazo dos meios de comunicação nas condutas da sociedade.

Dando como referência líquida e certa a respeito seu esquema teórico, o autor concluiu que a razão para a comunicação se converter em área de estudo e ensino acadêmico era a consciência “de que parte significativa dos problemas de nosso tempo são problemas de comunicação e que, para estudá-los adequadamente, requer-se os métodos e hipóteses de mais de uma disciplina” (Schramm, 1989 [1967], p. 19)

Qual foi a recepção dessa perspectiva de estudo na Europa e América Latina?

## A reviravolta crítica

Na França, a acolhida do termo comunicação em círculos intelectuais mais amplos e influentes ocorreu inicialmente através do interesse despertado pela cibernética. Predominava, há décadas, a referência à propaganda e à informação, para não citar a presença do termo imprensa. Falava-se em comunicação apenas em relação aos campos da engenharia e administração, como era regra em todo o Ocidente. Lévy-Strauss provocou movimentação

---

<sup>3</sup> Relato mais matizado destas circunstâncias se encontra em Pooley e Katz (2008).

neste quadro, ao entender a cibernética como “ciência da comunicação” (Lévy-Strauss, 1967 [1958], p. 88) e, nessa perspectiva, chave renovadora das ciências humanas. Para ele, o estudo da sociedade pode ser redimensionado de acordo com seus princípios (p. 103).

“Toda sociedade é feita de indivíduos e grupos que se comunicam” (Lévy-Strauss, 1967 [1958], p. 336). As principais relações de troca se efetuam nos planos do parentesco, da economia e da linguagem. A antropologia foca no primeiro. A economia e a linguística nos seguintes (p. 339). O “conceito unificador” ou denominador comum é a comunicação (p. 340). A pesquisa da mesma supõe a possibilidade de constituir “uma única disciplina” (p. 340). A ciência do homem coincide com a ciência da comunicação.

Lévy-Strauss não explorou o conteúdo da última noção, entendendo-a como sinônimo de troca. Vieram depois os que, empolgando o termo, tentaram a legitimação do termo “ciência das comunicações”: “A comunicação constitui uma ciência autônoma possuidora de suas próprias regras”, decretou, por exemplo, Abraham Moles (1975 [1971], p. 119). O pensamento cibernético de onde se extraiu seu principal esquema teórico se tornara objeto de uma especulação desmedida que, é certo, ainda não disse sua última palavra. Houve uma vaga de entusiasmo com a perspectiva de trabalhar com uma teoria geral da informação e, com ela, embasar os estudos de comunicação em uma perspectiva universalista, amparada naquele pensamento (Escarpit, 1978).

Quando a poeira baixou e se procedeu a um juízo mais sereno, no entanto concluiu-se que, a despeito do potencial contido neste tipo de especulação, conviria focar com mais realismo o trabalho de pesquisa feito na área de mídia. Jakobson foi um dos primeiros a alertar que o termo comunicação abarca muita coisa e que devemos distinguir seu emprego na pesquisa científica e tecnológica daquele mais próprio das ciências humanas. A comunicação é um termo gerador de embaraços e, embora se possa comerciar com ele, isso tem de ser feito com cautela e reflexão (Jakobson, 1969 [1963]).

Na prática, significa que o movimento acadêmico no sentido de conferir maior rigor intelectual e fundar um novo paradigma acadêmico em torno da comunicação, seja pelo empirismo, seja pelo formalismo, teve de fazer frente a outro, baseado nos movimentos políticos de contestação do sistema de poder vigente na era capitalista, em que, recorrendo ao esquema sociológico da relação entre base e superestrutura da sociedade, a ênfase foi posta na análise política da conjuntura econômica das comunicações.

Na França e Itália, a cibernética e a teoria da informação convergiram com os esquemas norteadores dos estudos influenciados pela linguística estruturalista, vindo a constituir uma semiótica da comunicação que, nesses países, se tornou, por algum tempo, a principal base dos seus estudos científicos, o eixo do primeiro movimento acima mencionado. Exemplos em termos epistemológicos foram, nesse sentido, os primeiros escritos de Umberto Eco, que, a seu modo, endossaram a proposição de que a teoria da informação fornece uma base para a legitimação de uma ciência geral da comunicação. A pesquisa social empírica, embora presente, aí retrocedeu diante das análises formais, às vezes totalmente alheias à consideração documental, estruturadas metodologicamente com base na análise do discurso, às vezes influenciada pela teoria marxista das ideologias (Carontini e Peraya, 1979 [1975]; Grandi, 1995).

Na Alemanha, a cibernética não teve, pelo menos no primeiro momento, tanta repercussão quando a pesquisa social empírica que norteava o desenvolvimento do paradigma clássico, de procedência norte-americana. A crescente preponderância do termo “ciências da comunicação” sobre a denominação mais antiga (“Publizistikwissenschaft”) é prova do eclipse em que entrou a tradição local, após 1970. A preocupação em desenvolver uma ciência social empírica substituiu os estudos de feitura humanista, transferindo-se as preocupações destes últimos para a atividade ensaística (cf. Silbermann, 1981 [1977]; Maletzke, 1998).

Na Inglaterra, predominavam os termos propaganda e informação, quando começou, ainda nos 1960 (Blumler e McQuail, 1968; Halloran *et al.*, 1970), uma recepção favorável àquele paradigma que não se esgotou, mas a ele também se passou a reagir quando, no decênio seguinte, emergiu uma abordagem crítica, informada pelo marxismo (Murdock e Golding, 1973, 1978). A contrapartida do empirismo abstrato estimulado pelo primeiro eixo foi o incentivo ao estudo dos fenômenos de mídia amparado na economia política e na crítica das ideologias, conforme podemos encontrá-las seja nos primeiros trabalhos dedicados ao assunto pelos chamados estudos culturais (Mattelart, 1995), seja na vertente europeia do que se tornou conhecido como economia política da comunicação, cujas pistas também seriam seguidas nas Américas (Mosco, 1995).

O segundo movimento teve um significado epistemologicamente importante, ao deslocar o foco da pesquisa para as condições materiais e forças políticas que estruturam a comunicação, em vez de se centrar nela mesma.

As ressalvas de que a comunicação não é pura e simplesmente estruturada por estes fatores e, portanto, de que também é necessário “pensar sobre a forma como a comunicação constrói a sociedade”, porque “a economia política e a comunicação são mutuamente constitutivas” (Mosco, 1995, p. 72), realmente não impactaram na pesquisa.

Os estudos culturais lograram desenvolver com mais cuidado este aspecto ao abordarem os fenômenos de mídia, chegando a elaborar sua própria versão do paradigma norte-americano, infundindo-lhes os princípios da semiótica estruturalista de procedência francesa (cf. Hall, 1980). O ecletismo que caracterizou os trabalhos de seus proponentes não impediu, na primeira fase, a exploração criativa dos conceitos de ideologia, resistência e hegemonia em relação ao assunto, como dão exemplo pesquisas como *Policing the crisis* (Hall *et al.*, 1978) e *The Nationwide Audience* (Morley, 1980).

De todo modo, acabou acordando-se assim que a comunicação é objeto de várias ciências, matéria de um empreendimento interdisciplinar e que, via de regra, “a pesquisa em comunicação de massas não pode inventar um método próprio [...], o que pode e deve fazer é enfrentar suas temáticas específicas com a metodologia de cada ciência social” (Moragas, 1981, p. 18).

Moragas reconhece que a pesquisa em comunicação midiada não pode ficar alheia às transformações tecnológicas que, aos poucos, vão rompendo com os princípios que até então sustentaram as ciências humanas e, assim, ensejam o aparecimento do paradigma cibernético (“comunicacional”), isto é, o pensamento segundo o qual a comunicação é “o denominador comum de processos sociais, físicos e biológicos”, mas defende que, na prática de pesquisa sobre os meios de comunicação, as regras seguem os princípios ditados por aquelas ciências.

O pensamento cibernético confere à comunicação um sentido filosófico e científico abrangente, mas embora não possa ser pensado como algo independente da evolução e do debate mais geral a respeito das ciências, o estudo dos meios e seus fenômenos “depende da correta colocação de seu objeto no conjunto ecológico da comunicação na sociedade” (Moragas, 1981, p. 13-14).

Após vários anos, observa-se que este entendimento segue corrente entre os europeus. Para alguns, “há cada vez mais gente que entrevê relações entre os diferentes recortes [feitos no campo], constata temáticas comuns e confluências suscetíveis de serem levadas a cabo por abordagens específicas” (Lohisse, 2009). No entanto, predomina a tese de que “as ciências da

comunicação são uma interdisciplina. Elas articulam conceitos, conhecimentos e métodos que provêm de outras disciplinas. Elas as combinam à sua maneira para estruturar seu próprio enfoque” (Ollivier, 2007, p. 31).

Avança pouco o autor em nosso ver por não avaliar esta síntese através da análise de casos, optando, em vez disso, por apresentar as teorias da comunicação, mas fica claro seu juízo de que “elas se caracterizam por construir seu objeto científico a partir de vários paradigmas, elaborados pelas ciências humanas no curso do último século” (Ollivier, 2007, p. 243).

Posto isto, o principal a notar em relação à recepção europeia é que, embora o termo comunicação tenha se tornado corrente, ele, em parte, se conservou suspeito entre muitos interessados no fenômeno. A crítica endereçada à categoria pelos primeiros frankfurtianos, que em seu lugar empregaram o termo indústria cultural, prosperou entre muitos estudiosos europeus que, onde transcenderam o registro da pesquisa social empírica, preferiram situar o tema em relação ao conceito mais específico de discurso ou, onde a crítica política e social não desapareceu do estudo, o pensaram em relação ao de ideologia (La Haye e Miège, 1984), para não falar onde se tornou indicação de ordem meramente administrativa (Golding e Murdock, 1978).

Derrida e Kristeva denunciaram sua teoria pelo desconhecimento da produtividade intrínseca aos processos semióticos, na medida em que “pressupõe sujeitos (cuja identidade e presença estejam constituídas antes da operação significante) e objetos (conceitos significativos, um sentido pensado, que a passagem da comunicação não tem nem que constituir, nem, de direito, que transformar)” (Derrida, 1975 [1972], p. 33; Kristeva, 1971 [1969]). As preocupações com a cientificidade da investigação, refletidas nos cuidados com a sua metodologia, jamais ultrapassaram, exceto, talvez, no campo da pesquisa mais ampla influenciada pela semiótica e entre os empiristas alemães, o interesse pelo seu significado político e potencial reflexivo.

De modo geral, pode-se afirmar que, embora a pesquisa não tenha aberto mão da referência à comunicação como categoria designadora do campo de investigação, os estudiosos europeus tenderam a relativizar sua propriedade epistêmica, subordinando-a aos conceitos de discurso e ideologia. A preferência pelo conceito de semiose entre os semioticistas e a crítica como ideologia que lhe dirigiram os influenciados pelo marxismo o abalaram, mas não ao ponto de decretar seu banimento, como também acabou ocorrendo na América Latina.

Deste lado do Atlântico, houve, no primeiro momento, uma assimilação do paradigma norte-americano, trabalhado localmente de acordo com a perspectiva da difusão de inovações ou comunicação para o desenvolvimento. Em 1973, verificou-se, contudo, um rompimento com esta perspectiva, durante reunião do Centro de Estudos para América Latina na Costa Rica. Divulgou-se na ocasião um manifesto (Ciespal, 1974), em que a mesma foi submetida à dura crítica. Para seus signatários, ocorre de fato que o paradigma dominante procede de maneira descontextualizada e a-histórica, separando o estudo das comunicações do seu ambiente e, portanto, do processo dialético de suas interações com a sociedade. A ciência não é neutra, conforme ele sugere, fazendo parte de um todo, cujos interesses divergentes impactam em sua maneira de proceder em relação a seus temas de estudo.

Retomando sem saber muitos termos do embate de Adorno com Lazarsfeld, sem as sutilezas de sua dialética, o documento acusava o referido paradigma de abordar o fenômeno de forma fragmentada, em vez de o pensar como parte de um processo global, como defendiam seus signatários, mas também começou-se a argumentar nos Estados Unidos (Gitlin, 1978). Defeito original desse paradigma seria favorecer a coleta de dados e o relato descritivo em detrimento da reflexão crítica acerca do lugar de ambas na totalidade. Seus estudos passam por alto o fato de que as comunicações têm caráter de classe e constituem instrumento de poder no marco mais amplo da sociedade, oferecendo-nos um conhecimento cuja legitimidade está, portanto, sob suspeita política e científica (Ciespal, 1974, p. 4-24; Barbero, 1978).

A perspectiva assim aberta significou, na prática, a subordinação da pesquisa em comunicação à análise dos fatores que explicariam suas contradições e patologias: a economia política assumiu a dianteira e os problemas foram postos na conta do imperialismo. A preocupação com os aspectos ideológicos da comunicação que, nesse contexto, também se desenvolveu todavia não importou na renúncia à categoria (Beltrán, 1981; Pasquali, 1976).

Inclusive entre os pensadores marxistas ou por eles influenciados (Dröge, 1972; Veneroni, 1989), a categoria, ainda que sujeita à crítica, acabou se aclimatando, a ponto de se tornar objeto de teoria social legítima, conforme o exponenciam autores como Luhmann e Habermas. Em geral, o termo seguiu sendo usado, expandiu-se como designação administrativa de um novo setor acadêmico e, passado o auge da contestação anti-imperialista, acabou até mesmo virando motivo de discussões epistemológicas no Brasil.

## Conclusão

Desejou-se com o relato acima apontar os pressupostos históricos e linhas fundadoras do trabalho de pesquisa e reflexão subjacente à formação do campo acadêmico da comunicação. Delas depreendemos, primeiro, que suas atividades não se definiram como ciência autônoma. Em segundo, pudemos ver que a recepção de seu primeiro esquema teórico foi muito desigual. Por fim, verificamos que, neste novo contexto, a pesquisa em parte se desligou do conceito, conservando-o apenas do ponto de vista administrativo ou institucional.

Do primarismo que caracteriza, no plano dos estudos de mídia, a teoria da informação dá sinal indiscutível a vasta discussão aberta nos anos 1970 e que, a par da redução do modelo a recurso de escola elementar, seja retomando perspectivas mais antigas, seja abrindo novas, projetou em novo patamar a teorização a respeito do assunto (Rüdiger, 2010).

Quer isso dizer que a pesquisa em comunicação sofreu um impacto positivo da nova conjuntura, esta que se abre a partir dos anos 1970? Cremos, *stricto sensu*, que não. A pesquisa em comunicação é, de fato, constituída, em sua maior parte, nos contextos acadêmicos que carregam o nome, por pesquisas de mídia. Os estudos especializados que melhor representam o trabalho feito na área, vistos sem ilusão, não são relatos que falam de comunicação, mas de programas de televisão, redações de jornais, ouvintes de rádio, redes sociais, filmes de bilheteria, revistas de variedades, agências de publicidade, campanhas de relações públicas, empreendimentos editoriais, propaganda política, música popular, políticas de telecomunicações, etc. (Rüdiger, 2002).

Que isso, onde é viável, se faça com o apoio de alguma teoria (social) da comunicação se admite, mas nos parece fato que as principais análises, na área, costumam provir de outras chaves de leitura e se embasam em outras disciplinas. A construção do conhecimento deve se ajustar ao exigido pela experiência, dialogar criativa e criticamente com os materiais. A atividade de pesquisa que os força a entrar em esquemas preestabelecidos, sobretudo em sendo de caráter puramente formal, via de regra não são bem-sucedidas, em geral encontram seu destino no arquivo morto das burocracias acadêmicas.

Em função disso, chegamos à conclusão que, embora siga talvez por muito tempo empregando o termo comunicação, o setor acadêmico que ele designa talvez seria, já, melhor sinalizado com o termo mídia e, metaforicamente, melhor caracterizado como um arquipélago,

em vez de campo. Hoje se chama de campo de estudos ao que, em termos de figura de linguagem, revelaria antes as feições de um arquipélago, cujas águas têm a ver com mídia, muito mais do que com comunicação<sup>4</sup>.

## Referências

- ADORNO, T. 2001. *Epistemologia y ciencias sociales*. Madri, Cátedra, 128 p.
- ALBIG, W. 1939. *Public opinion*. Nova York, McGraw-Hill, 496 p.
- BALIBAR, R. 1998. La communication en langue française. *Langage et société*, **83-84**:15-37. <https://doi.org/10.3406/lsoc.1998.2812>
- BARBERO, J. 1978. *Comunicación masiva: discurso y poder*. Quito, Época, 249 p.
- BELTRÁN, L.R. 1981. Adiós a Aristóteles. *Comunicação e Sociedade*, (6):5-35.
- BERLO, D. 1970. *O processo da comunicação*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 266 p.
- BLUMLER, J.; McQUAIL, D. 1968. *Television in Politics*. Londres, Faber & Faber, 379 p.
- BURKE, P. 1994. *A arte da conversação*. São Paulo, Unesp, 221 p.
- CARONTINI, E.; PERAYA, D. 1979. *O projeto semiótico*. São Paulo, Cultrix, 134 p.
- CIESPAL. 1974. *Seminario sobre la investigación de la comunicación en América Latina - Costa Rica 1973*. Quito, Ciespal, 25 p.
- DERRIDA, J. 1975. *Posições*. Lisboa, Plátano, 118 p.
- DEWEY, J. 1927. *The public and its problems*. Nova York, Holt, 195 p.
- DRÖGE, F. 1972. *Wissen ohne Bewusstsein*. Frankfurt, Fischer, 212 p.
- ESCARPIT, R. 1978. *Pour une nouvelle epistemologia de la communication*. Compiègne, SFSCI, 12 p.
- FLICHY, P. 1991. *Une histoire de la communication moderne*. Paris, La Découverte, 281 p.
- GARY, B. 1999. *The nervous liberals*. Chicago, University of Chicago Press, 332 p.
- GITLIN, T. 1978. Media Sociology: The Dominant Paradigm. *Theory and Society*, **6**(2):205-253.
- GRANDI, R. 1995. *Texto y contexto en la comunicación de masas*. Barcelona, Bosch, 365 p.
- HALL, S. 1980. Encoding/decoding. In: S. HALL; D. HOBSON; A. LOVE; P. WILLIS (org.), *Culture, Media, Language*. Londres, Hutchinson, p. 128-138.
- HALL, S.; CRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. 1978. *Policing the crisis*. Londres, Macmillan, 425 p. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-15881-2>
- HALLORAN, J.; ELLIOT, P.; MURDOCK, G. 1970. *Demonstrations and Communication*. Londres, Penguin, 330 p.
- HILLER, E.T. 1933. *Principles of sociology*. Nova York, Harper, 661 p.
- JAKOBSON, R. 1969. *Linguística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, 162 p.
- KRISTEVA, J. 1971. *Introdução à semiótica*. São Paulo, Perspectiva, 199 p.
- LA HAYE, Y.; MIÈGE, B. 1984. *Dissonances, critique da la communication*. Grenoble, Pensée Sauvage, 191 p.
- LAKATOS, I. 1986. *La metodología de los programas de investigación científica*. Madri, Alianza, 315 p.
- LASSWELL, H. 1985 [1948]. Estructura y función de la comunicación en la sociedad. In: M. MORAGAS (org.), *Sociología de la comunicación de masas II*. Barcelona, GG, p. 50-68.
- LAZARSFELD, P. 1941. Remarks on critical and administrative communication research. *Studies in philosophy and social science*, **9**:2-16.
- LEIBNIZ, W.G. 1997. *'New system' and associated contemporary texts*. Oxford, Oxford University Press, 261 p. <https://doi.org/10.1093/actrade/9780198248460.book.1>
- LÉVY-STRAUSS, C. 1967. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 456 p.
- LIPPMANN, W. 1922. *Public Opinion*. Nova York, Harcourt, Brace & Co., 427 p.
- LOHISSE, J. 2009. *La communication*. Bruxelas, De Boeck, 271 p.
- MALETZKE, G. 1998. *Kommunikationswissenschaft in Überblick*. Opladen, Westdeutsche, 225 p.
- MARVIN, C. 1988. *When the old technologies were new*. Nova York, Oxford University Press, 269 p.
- MATTELART, A. 1995. *Estudios culturales*. Barcelona, Paidós, 142 p.
- MEAD, G. 1968. *Espíritu, persona y sociedad*. Buenos Aires, Paidós, 403 p.
- MERRIN, W. 2014. *Media studies 2.0*. Nova York, Routledge, 207 p.
- MILLS, J. 1924. *The press and communications of the Empire*. Nova York, Holt, 289 p.

<sup>4</sup> A postulação não significa que a comunicação humana não possa ser objeto de estudo e teorização, limitando-se a sublinhar que esta tarefa, eventualmente significativa para a psicologia e a teoria social (e, por essa via, à filosofia), tem incidência muito marginal no estudo dos fenômenos de mídia.

- MOLES, A. 1975. *La comunicación*. Bilbao, Mensajero, 677 p.
- MORAGAS, M. 1981. *Teorías de la comunicación*. Barcelona, GG, 325 p.
- MORLEY, D. 1980. *The 'Nationwide' Audience: Structure and Decoding*. London, BFI, 167 p.
- MOSCO, V. 1995. *The political economy of communication*. Londres, Sage, 307 p.
- MURDOCK, G.; GOLDING, P. 1973. For a political economy of communication. *Socialist Register*, **10**:205-234.
- MURDOCK, G.; GOLDING, P. 1978. Theories of communication and theories of society. *Communication Research*, **5**(3):339-356.
- OLLIVIER, B. 2007. *Sciences de la communication*. Paris, Armand Colin, 284 p.
- PASQUALI, A. 1976. *Comprender la comunicación*. Caracas, Monte Avila, 305 p.
- PÉCORA, A. (org.). 2001. *A arte de conversar*. São Paulo, Martins Fontes, 170 p.
- POOLEY, J.; KATZ, E. 2008. Further Notes on Why American Sociology Abandoned Mass Communication Research. *Journal of Communication*, **58**(4):767-786. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2008.00413.x>
- RAIGADA, J.; ASCENSIO, C. 2006. *Ensayo general sobre la comunicación*. Barcelona, Paidós, 328 p.
- ROGERS, E.; VALENTE, T. 1993. A history of information theory in communication research. In: J. SCHEMENT; B. RUBEN (orgs.), *Between communication and information*, vol. 4. New Brunswick, Transaction, p. 35-56.
- RÜDIGER, F. 2016. Ciência, reflexão e crítica nos estudos de mídia. In: M.I. LOPES (org.), *Epistemologia da comunicação no Brasil*. São Paulo, ECA, p. 2-34.
- RÜDIGER, F. 2015. *O mito da agulha hipodérmica e a era da propaganda*. Porto Alegre, Sulina, 298 p.
- RÜDIGER, F. 2010. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre, Penso, 150 p.
- RÜDIGER, F. 2002. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação*. São Leopoldo, Unisinos, 191 p.
- SCHRAMM, W. 1954. How communication works. In: W. SCHRAMM (org.), *The process and effects of mass communication*. Urbana, University of Illinois Press, p. 3-26.
- SCHRAMM, W. 1989 [1967]. Human communication as field of behavioral science. In: S. KING (org.), *Human communication as field study*. Albany, State University of New York, p. 13-26.
- SCHRAMM, W. (org.). 1965. *La ciencia de la comunicacion humana*. Quito, Ciespal, 162 p.
- SILBERMANN, A. 1981. *Communication de masse*. Paris, Hachette, 121 p.
- SIMONSON, P. 2010. *Refiguring mass communication*. Champaign, University of Illinois Press, 261 p.
- SIMPSON, C. 1994. *Sciences of coercion*. Nova York, Oxford University Press, 204 p.
- VENERONI, F. 1989. *Elementos para una critica de la ciencia de la comunicación*. Mexico, Trillas, 107 p.
- WAKELY, A. 1924. *Some aspects of Imperial communication*. Londres, Siften/Praed & Co, 160 p.
- WEAVER, W.; SHANNON, C. 1949. *The Mathematical Theory of Communication*. Urbana, University of Illinois, 125 p.
- WIENER, N. 1968. *Cibernética*. São Paulo, Cultrix, 257 p.
- WILLIAMS, R. 1992. *História de la comunicación*. Barcelona, Bosch, 279 p.

Submetido: 12/03/2017

Aceito: 05/09/2017